PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DOS DEPUTADOS
Grupo de Trabalho sobre Proteção de Crianças e Adolescentes em Ambiente Digital

Audiência Pública: O apoio às famílias para assegurar a educação e a supervisão parental no ambiente digital

O Grupo de Trabalho sobre Proteção de Crianças e Adolescentes em Ambiente Digital realizou, na terça-feira (28), sua nona audiência pública na Câmara dos Deputados. Na sessão presidida pela deputada **Amanda Gentil** (PP/MA) estiveram presentes:

- **Dênis Rodrigues da Silva**, coordenador geral de Proteção de Direitos na Rede do Departamento de Direitos na Rede e Educação Midiática da Secretaria de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM);
- **Daniela Machado**, coordenadora pedagógica do EducaMídia e representante do Instituto Palavra Aberta;
- **Rodolfo Canônico**, representante da Associação de Desenvolvimento da Família, Family Talks;
- **Andrea Formiga**, presidente do Instituto Isabel;
- **Catarina Fugulin**, advogada e líder de Políticas Públicas do Movimento Desconecta;
- **Talita Martins**, Diretora do Colégio Harmonia em Campo Grande-MS;
- **Natália Lázaro**, head de Comunicação do Conselho Digital.

Denis Rodrigues da Silva da SECOM, contextualizou que, desde o início do atual governo, em 2023, a Presidência foi procurada por diversas sociedades científicas, associações de pais, profissionais de saúde e educadores preocupados com o aumento expressivo de casos de ansiedade, depressão, automutilação e suicídio entre crianças e adolescentes, fenômeno que ele descreveu como uma verdadeira epidemia de saúde mental associada ao uso intenso e desregulado das redes sociais e dispositivos digitais. Além das questões de saúde mental, também foram observados problemas físicos, como miopia e sedentarismo, e o aumento da vitimização sexual online. Argumentou que o Brasil está entre os países com maior presença de crianças e adolescentes nas redes, muitas vezes sem supervisão parental, e que o avanço do uso de celulares – *em substituição aos computadores de mesa* – tornou a relação com o ambiente digital mais íntima, contínua e difícil de controlar.

Como principal resposta governamental, apresentou o "Guia sobre Usos de Dispositivos Digitais", desenvolvido envolvendo sete ministérios e mais de 20 organizações da sociedade civil e do sistema de Justiça. Inicialmente pensado como material técnico voltado a profissionais da educação, saúde e segurança, o guia foi posteriormente adaptado para atender também às famílias, diante do aumento da angústia parental frente aos riscos do ambiente digital. A publicação reúne evidências científicas e apresenta recomendações baseadas em dados, oferecendo orientações sobre mediação familiar, classificação indicativa, uso de jogos digitais e canais de denúncia de conteúdos impróprios. Ressaltou que, embora o governo reconheça que a responsabilidade de proteção não pode recair exclusivamente sobre as famílias e escolas, essas instituições têm papel essencial na mediação e na orientação do uso saudável das tecnologias.

Destacou ainda que o processo de elaboração do guia contou com ampla escuta participativa, com oficinas e consultas realizadas nas cinco regiões do país, em mais de 40 cidades, incluindo a participação de crianças indígenas, adolescentes com deficiência, educadores e familiares. Buscaram compreender as experiências diretas de quem vive o

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower
salas 125 a 131, Asa Norte, Brasília-DF - CEP: 70711-905
+55 (61) 3327 1289 | www.foco-relgov.com.br | foco@foco-relgov.com.br

ambiente digital, permitindo que as próprias crianças e adolescentes elaborassem recomendações tanto para si quanto para os adultos.

Mencionou que o Ministério da Educação já publicou um desdobramento do guia voltado à relação entre escolas e famílias, e que há um movimento interministerial em curso, com a criação de um comitê coordenado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, para avançar em políticas públicas integradas. Informou ainda que estão abertas duas consultas públicas na plataforma Brasil Participativo, sobre a regulamentação do Estatuto da Criança e do Adolescente e outra sobre mecanismos de aferição de idade.

Para **Daniela Machado**, do Instituto Palavra Aberta, o objetivo central deve ser preparar crianças e adolescentes para usufruírem das oportunidades do ambiente digital sem se tornarem vulneráveis aos riscos. Segundo ela, o mundo digital e o mundo físico hoje são indissociáveis, e que não faz mais sentido falar em "usuários da internet" como algo à parte – *a vida online e offline estão integradas e exigem novas formas de acompanhamento e mediação*.

Para ilustrar a necessidade de cuidado, comparou o ambiente digital a uma rua movimentada, enfatizando que, assim como nenhuma criança é deixada sozinha em um espaço público sem orientação, não se pode permitir que elas naveguem na internet sem preparo, mediação e educação. Defendeu que o acompanhamento adulto deve equilibrar proteção e autonomia, evitando tanto o isolamento excessivo quanto a exposição sem limites.

Informou que o EducaMídia disponibiliza materiais gratuitos e abertos voltados às famílias, com atividades práticas, guias de orientação e recursos educativos para promover o diálogo intergeracional sobre o uso da tecnologia. Mencionou também exemplos inspiradores de uso positivo da internet por adolescente.

Rodolfo Canônico da organização Family Talks, concentrou sua fala no tema da mediação parental, que é central para a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital, afirmando que a melhor forma de proteção é uma família funcional, capaz de cumprir seu papel educativo, protetivo e afetivo. Ressaltou, porém, a ambivalência da instituição familiar, reconhecendo que, embora a família seja o principal espaço de desenvolvimento, é também onde ocorrem as maiores violações de direitos contra crianças. Citou dados do Disque 100, que apontam entre 200 e 300 mil denúncias anuais, sendo a negligência familiar o tipo mais frequente.

Ponderou que a intenção não é "culpabilizar a família", mas refletir sobre como fortalecê-la para que cumpra sua função protetiva. Segundo ele, políticas públicas dificilmente conseguem alcançar plenamente o espaço doméstico, de modo que o fortalecimento das famílias deve ser um objetivo estratégico do Estado e da sociedade. Afirmou que é fundamental compreender como os próprios adultos – *pais, mães e responsáveis* – se relacionam com a tecnologia, já que as crianças reproduzem seus comportamentos. O uso excessivo de telas, a falta de regras e a exposição a conteúdos inadequados são, segundo ele, modelos negativos transmitidos dentro do lar.

Disse que as políticas públicas voltadas às crianças, quando implementadas exclusivamente via escolas, tendem a chegar tardiamente, pois os hábitos digitais são formados desde cedo dentro de casa. Por isso, defendeu que as estratégias governamentais devem incluir ações voltadas às famílias, integrando-as ao processo educativo e preventivo. Citou, como exemplo positivo, o Novo Plano Nacional de Educação (2024-2034), que inclui a educação midiática e, em seu objetivo 7, propõe o diálogo com as famílias sobre riscos digitais e saúde mental – *tema que o Family Talks apoiou por meio de emendas e interlocução com o relator do plano*.

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower
salas 125 a 131, Asa Norte, Brasília-DF - CEP: 70711-905
+55 (61) 3327 1289 | www.foco-relgov.com.br | foco@foco-relgov.com.br

Apresentou ainda que o Indicador de Alfabetismo Funcional, divulgado pelo Unicef em maio de 2024, aponta: três em cada dez brasileiros entre 18 e 64 anos são analfabetos funcionais. Esse grupo, composto majoritariamente por pessoas de baixa renda e com menor acesso educacional, tem dificuldade de compreender textos e instruções, o que limita sua capacidade de acessar conteúdos educativos sobre mediação digital e segurança online. Alertou que essa realidade pode aprofundar desigualdades, pois as famílias com menor nível de letramento terão mais dificuldade em aplicar orientações técnicas sobre o uso responsável da internet.

Catarina Fugolim, do Movimento Desconecta, apresentou virtualmente a proposta central do movimento: um acordo coletivo entre famílias para adiar o acesso infantil ao smartphone próprio até, pelo menos, 14 anos e o ingresso em redes sociais até, pelo menos, 16 anos, não por oposição à tecnologia, mas por uso consciente, compatível com o desenvolvimento cognitivo e socioemocional. O Desconecta é apartidário, sem fins lucrativos e operado por voluntárias, oferecendo dois caminhos: adesão ao acordo completo (14/16 anos) ou ao acordo parcial (manter celular, mas adiar redes).

Para quem já concedeu smartphone, o movimento orienta redução de danos – *contas teen, controle parental, uso diurno, proibição de dormir com o aparelho no quarto, tempo de tela, plataformas permitidas, localização ativa, acesso dos pais às senhas e acompanhamento proporcional à idade*–. A organização disponibiliza kits gratuitos – *folders, roteiros de conversa, boas práticas, lives, materiais de "escuta ativa*"– e consultoria personalizada para mobilizar comunidades, priorizando escolas como núcleos de articulação, mas aplicável a condomínios e outros coletivos.

Trouxe dados acerca do cenário brasileiro: altíssimo uso de redes (cerca de 4 horas/dia), primeiro acesso muito precoce (por volta dos 6 anos), 80% das crianças com smartphone próprio, 45% com perfil em rede aos 9-10 anos e uso majoritário sem supervisão. Ao mesmo tempo, pais acreditam supervisionar mais do que as crianças efetivamente percebem, revelando desalinhamento entre intenção e prática. Apontou efeitos associados ao uso desregulado (queda de desempenho educacional, ansiedade, depressão, automutilação, vício em jogos/apostas, "burnout digital") e defendeu que crianças não precisam de smartphone "completo" tão cedo, pois suas tarefas não exigem as mesmas funcionalidades dos adultos – *que "plataformizaram" a vida cotidiana*.

No plano de políticas públicas, reconheceu avanços: proibição federal do uso de celular em sala; debate e aprovação do ECA Digital, que redistribui responsabilidades e não sobrecarrega apenas famílias/escolas diante de algoritmos, perfis e design persuasivo; e a necessidade de corresponsabilidade entre Estado, plataformas e sociedade. Como critério prático para decisão familiar, sugeriu que só se antecipe smartphone/redes se os responsáveis estiverem preparados para conversas francas e contínuas sobre pedofilia, violência, exposição de imagens, pornografia, jogos, cyberbullying, pertencimento e habilidades socioemocionais – *o que, na média, recomenda postergação*.

Andrea Formiga do Instituto Isabel, disse que se vive uma "revolução silenciosa", marcada pela transformação profunda da infância e da vida familiar pelo mundo digital. As telas, redes sociais e ferramentas de inteligência artificial tornaram-se o principal espaço de convivência e influência das crianças, mas os pais enfrentam essa realidade sozinhos, sem formação técnica ou compreensão suficiente sobre as tecnologias que moldam o comportamento dos filhos. Apresentou exemplos de aplicativos e companhias de IA que influenciam adolescentes de modo perigoso – *inclusive com relatos de suicídio associados ao uso*

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower
salas 125 a 131, Asa Norte, Brasília-DF - CEP: 70711-905
+55 (61) 3327 1289 | www.foco-relgov.com.br | foco@foco-relgov.com.br

inadequado –, alertando para o potencial de manipulação emocional e comportamental dessas ferramentas.

Enfatizou a importância de orientar os pais sobre o desenvolvimento infantil, para que possam identificar os limites de maturidade e os riscos reais do uso precoce e excessivo de dispositivos digitais, como atraso na linguagem, dependência emocional, déficit de atenção e comportamentos adultizados. Com o avanço da inteligência artificial, considerou que o desafio se torna ainda mais urgente, já que as crianças dominam rapidamente as novas tecnologias, exigindo dos pais atualização constante para orientá-las de forma eficaz.

Defendeu que o Estado deve apoiar, mas jamais substituir a família, devendo atuar por meio de programas de capacitação parental, canais de informação acessíveis e campanhas de valorização da autoridade dos pais. A inteligência artificial, destacou, pode ser tanto um risco quanto uma oportunidade educativa, devendo ser utilizada para fomentar pesquisa e aprendizado seguro desde a primeira infância. Encerrou reforçando a responsabilidade das plataformas digitais na proteção de crianças contra conteúdos inadequados e defendeu que o Brasil se torne referência internacional em políticas digitais que conciliem liberdade, proteção à infância e fortalecimento da família.

Talita Martins do Colégio Harmonia, apresentou dados que, segundo ela, confirmam o avanço da epidemia de transtornos mentais entre jovens desde 2010, citando o livro *A Geração Ansiosa*, de Jonathan Haidt. Segundo os estudos referidos, houve um aumento de 145% nos casos de depressão entre meninas e 161% entre meninos, além de crescimentos expressivos de ansiedade (134%) e depressão (106%) entre universitários. A faixa etária mais afetada é a dos 18 a 25 anos, com aumento de 139% nos índices de ansiedade. Também relatou o crescimento de casos de automutilação e tentativas de suicídio, com aumento de 188% nas internações de meninas, e 167% nos suicídios femininos desde 2010, conforme dados de hospitais norte-americanos, britânicos e australianos.

O tempo de exposição às telas está diretamente relacionado à queda no desempenho escolar e à redução da capacidade de atenção, conforme pesquisas em neurociência, que apontam correlação entre o número de horas em frente a dispositivos eletrônicos e o baixo rendimento cognitivo. A educadora atribuiu esse fenômeno à substituição das relações humanas e das experiências reais por interações virtuais, o que compromete o desenvolvimento social e emocional das crianças. Segundo ela, a falta de convivência física gera déficits de repertório de vida, empatia, resolução de conflitos e construção de memórias familiares significativas.

Se o ser humano “aprende por imitação”, assim, a ausência de modelos reais de convivência prejudica a formação integral da personalidade. Alertou ainda para o aumento do acesso precoce à pornografia online, hoje equiparado a um vício de alto impacto cerebral, com primeiro contato médio aos 12 anos de idade, e ressaltou que tal exposição compromete a identidade e a maturidade emocional dos adolescentes.

Como caminhos de enfrentamento, relatou iniciativas do colégio e de grupos de educadores que conduzem comunidades de pais, nas quais são realizadas leituras guiadas e discussões sobre parentalidade digital, afetividade e formação moral. Reforçou a importância de reaproximar crianças e adolescentes da realidade concreta — *família, escola, comunidade* — antes de inseri-los de forma madura no mundo virtual.

Encerrando, reiterou que o enfrentamento dos efeitos nocivos do ambiente digital exige educação familiar e relacional, não apenas controle tecnológico. O fortalecimento dos vínculos presenciais, da escuta ativa e da formação de valores voltados ao bem, à verdade e à beleza foi apresentado como eixo central para reconstruir a saúde emocional e moral das novas gerações.

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower
salas 125 a 131, Asa Norte, Brasília-DF - CEP: 70711-905
+55 (61) 3327 1289 | www.foco-relgov.com.br | foco@foco-relgov.com.br

Natália Lázaro do Conselho Digital, apresentou dados recentes da pesquisa **TIC Kids Online Brasil 2025**, segundo a qual 92% dos brasileiros entre 9 e 17 anos estão conectados à internet – *o que representa mais de 24,5 milhões de crianças e adolescentes* – e 96% utilizam o celular como principal meio de acesso. O levantamento também revelou que 84% acessam a rede em casa, com suas famílias, e 12% o fazem nas escolas várias vezes ao dia. Nesse cenário, defendeu que a segurança digital deve ser vista como um dever coletivo, em que cada ator – *público e privado* – desempenhe um papel preventivo e educativo.

Destacou o conjunto de ações e investimentos das plataformas associadas ao Conselho Digital voltadas à proteção infantil. No YouTube, por exemplo, o Family Link e o YouTube Kids permitem que pais e responsáveis personalizem o conteúdo por faixa etária, enquanto equipes dedicadas fazem revisão e remoção de materiais com automutilação e suicídio, totalizando mais de 1 milhão de vídeos deletados apenas entre abril e junho de 2025. O Google, além de manter parcerias com o National Center for Missing and Exploited Children (NCMEC), reforça mecanismos de rastreamento e denúncia de abusos infantis.

No Kwai, conteúdos que envolvem abuso, dano ou exploração infantil são proibidos; de janeiro a junho de 2025, a plataforma removeu 3 milhões de vídeos e 1 milhão de perfis, com 93% das denúncias respondidas em menos de uma hora. No Instagram, a função "Central da Família" possibilita gerenciar tempo de uso, privacidade e interações, e a Meta removeu 34 milhões de conteúdos relacionados à exploração sexual infantil no mesmo período. Já o TikTok, por meio da sincronização familiar, permite o controle parental do tempo de tela, privacidade e preferências de conteúdo, tendo removido 20 milhões de vídeos com condutas inadequadas e ampliado recursos de prevenção ao suicídio e automutilação, conectando jovens a serviços de apoio psicológico.

Esses números demonstram que as plataformas estão ativamente engajadas na criação de ecossistemas digitais mais seguros, combinando inteligência artificial, revisão humana e parcerias institucionais. No entanto, enfatizou que nenhum desses esforços substitui a mediação familiar, sendo essencial criar uma cultura de educação digital, que ensine regras e limites éticos de convivência também no ambiente online.

Avaliou como necessário educar pais e filhos a compreender o digital como extensão da vida real, em que regras, empatia e respeito devem ser equivalentes – *"assim como uma criança não deve falar com estranhos na rua, também não deve fazê-lo no ambiente virtual"*. Defendeu, portanto, uma integração entre políticas públicas, ações das plataformas e capacitação parental, de modo que a sociedade brasileira possa transformar o ambiente digital em um espaço seguro, ético e educativo para as novas gerações.

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower
salas 125 a 131, Asa Norte, Brasília-DF - CEP: 70711-905
+55 (61) 3327 1289 | www.foco-relgov.com.br | foco@foco-relgov.com.br